

Cromossomo Participações III S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cromossomo Participações III S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cromossomo Participações III S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cromossomo Participações III S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Valor recuperável do ágio por rentabilidade futura - Controladora e Consolidado

Veja a nota explicativa nº 12 a 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Porque é um Principal Assunto de Auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluíam ágio na aquisição de empresas e ágio em empresas incorporadas, no montante total líquido de e R\$ 2.894.471 mil, cujo valor recuperável tem de ser analisado anualmente, cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros estimados. Para elaborar as projeções de lucros futuros para a realização do ágio por rentabilidade futura, a Companhia adota premissas tais como a rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), as taxas de crescimento dos negócios, devido aos julgamentos inerentes ao processo de determinação das projeções de fluxo de caixa e as respectivas taxas de descontos aplicadas sobre os fluxos financeiros esperados, que são base para os estudos de imparidade e ao fato de qualquer mudança nas premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos. Devido à relevância e características inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxo de caixa futuros e suas premissas, que são a base para a avaliação do valor recuperável do ágio, e ao alto grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia;(ii) com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas da Companhia, especialmente as relativas a taxas de crescimento dos negócios, a projeções de fluxo de caixa e às respectivas taxas de descontos nos fluxos de caixa descontados, e comparamos as premissas da Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado, e taxas de desconto;(iii) comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor de mercado da Companhia determinado com base em suas ações negociadas publicamente, para fins de avaliação da razoabilidade desses fluxos de caixa;(iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de ágio por rentabilidade futura no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>

Combinação de negócios - Controladora e Consolidado

Veja a nota explicativa nº 2 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Porque é um Principal Assunto de Auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a sua controlada adquiriu participações em outras empresas, as quais foi apurado ágio por rentabilidade futura no montante total de R\$ 200.816 mil. As estimativas associadas com a contabilização de uma aquisição de um negócio envolvem julgamentos relevantes na determinação do valor justo da contraprestação transferida, dos</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) revisamos as alocações do preço de aquisição de acordo com os critérios utilizados pela administração da Companhia;(ii) comparamos, os cálculos independentes realizados, quando disponíveis, com dados

<p>ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura e das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios. Considerando que o processo de alocação preliminar dos ativos e passivos adquiridos e ágio em uma combinação de negócios é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e julgamento sobre as premissas e metodologia utilizadas nas referidas mensurações, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>externos e históricos como: crescimento econômico projetado para analisar a razoabilidade das alocações;</p> <p>(iii) avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a primeira alocação com base nas evidências disponíveis, alocação a qual a administração possui até um ano para revisar e reclassificar caso necessário.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o reconhecimento e divulgação da combinação de negócios no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>
--	--

Reconhecimento da receita e realização dos recebíveis - Controladora e Consolidado

Veja a nota explicativa nº 6.1 e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Porque é um Principal Assunto de Auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluíam na rubrica de Receita operacional - bruta, o montante de R\$ 4.269.567 mil. As receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar o montante da receita a ser reconhecida, considerando os serviços prestados e faturados e os serviços prestados porém ainda não faturados, e a estimativa das perdas com procedimentos efetuados mas não aprovados pelos planos e operadoras de saúde "glosas". A Companhia revisa periodicamente sua posição de perdas e glosas e créditos de liquidação duvidosa de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável. Devido à relevância dos montantes, julgamento envolvido no processo de reconhecimento das receitas de prestação de serviços, que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como às características inerentes ao processo de determinação das estimativas relacionadas à mensuração das perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa, entendemos que esses é um assuntos significativos em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(i) entendimento sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia de reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar);</p> <p>(ii) comparamos os relatórios de faturamento para o período de janeiro a dezembro de 2018 com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras;</p> <p>(iii) realizamos testes documentais, em base amostral, sobre a receita de serviços faturados;</p> <p>(iv) testes documentais, em base amostral, avaliando o momento do reconhecimento da receita de serviços a faturar;</p> <p>(v) avaliamos a existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita;</p> <p>(vi) análise das premissas relacionados a glosas de planos de saúde, bem como critérios para mensuração das perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa e sua aderência às políticas contábeis da Companhia</p>

	<p>e efetuamos testes, em base amostral, comparando-as com as documentações suporte;</p> <p>(vii) avaliamos as premissas aplicadas pela Companhia na determinação dos percentuais para o cálculo das perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa tendo por base as particularidades inerentes aos perfis dos clientes segregados entre particular e plano de saúde;</p> <p>(viii) recálculo das provisões perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa com base na posição de clientes em 31 de dezembro de 2018;</p> <p>(ix) consideramos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de complemento de provisão para perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.403 mil, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receitas de prestação de serviços, bem como os saldos das provisões para perdas com glosas e para devedores duvidosos e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>
--	---

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

Cromossomo Participações III S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	30.107	16.538	574.877	528.203	Fornecedores	15	-	-	360.817	310.015
Aplicações financeiras	8	-	-	536.392	80.964	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	281.759	319.382
Contas a receber de clientes	9	-	-	780.309	660.399	Debêntures	18	-	-	165.741	352.547
Estoque	10	-	-	85.090	85.403	Tributos a recolher	11	4	4	46.073	42.489
Créditos tributários	11	5.195	4.795	271.283	206.986	Obrigações com pessoal	-	-	-	232.469	175.312
Dividendos a receber	23	138.768	40.254	-	-	Impostos parcelados	19	-	-	5.714	16.435
Adiantamentos	-	18	9	18	9	Contas a pagar por aquisições de controladas	20	-	-	53.720	152.919
Despesas antecipadas	-	-	-	18.748	6.711	Dividendos a pagar	23	-	-	38.609	4.739
Outros créditos	-	6.100	-	68.335	29.118	Outros débitos	-	-	-	85.588	79.293
		180.188	61.596	2.335.052	1.597.793			11	4	1.270.490	1.453.131
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	9	-	-	8.435	3.001	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	88.983	371.904
Tributos diferidos	28	-	-	169.095	-	Debêntures	18	2.994.352	2.773.021	5.001.145	3.521.557
Despesas antecipadas	-	-	-	-	1.036	Impostos parcelados	19	-	-	15.399	21.001
Depósitos judiciais	21	-	-	79.466	69.672	Tributos diferidos	28	-	-	174.748	27.564
Aplicações financeiras	8	-	-	-	18.805	Provisão para contingências	21	-	-	122.051	133.534
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	43.818	54.245	Contas a pagar por aquisições de controladas	20	-	-	88.614	92.279
Outros créditos	-	9.150	-	20.899	21.523	Fornecedores	15	-	-	31.869	54.496
Investimentos	12	989.911	989.051	3.980	6.198	Outros débitos	-	-	-	129.694	3.138
Imobilizado	13	-	-	1.012.339	958.601			2.994.352	2.773.021	5.652.503	4.225.473
Intangível	14	-	-	2.085.046	1.874.994						
		999.061	989.051	3.423.078	3.008.075	Patrimônio líquido	23				
						Capital social		1.274.363	1.274.863	1.274.363	1.274.863
						Reservas de capital		(634.965)	(634.965)	(634.965)	(634.965)
						Prejuízo acumulado		(2.382.946)	(2.296.795)	(2.382.946)	(2.296.795)
						Outros resultados abrangentes		(71.566)	(65.481)	(71.566)	(65.481)
								(1.815.114)	(1.722.378)	(1.815.114)	(1.722.378)
						Participações de não controladores		-	-	650.251	649.642
								(1.815.114)	(1.722.378)	(1.164.863)	(1.072.736)
Total do ativo		1.179.249	1.050.647	5.758.130	4.605.868	Total do passivo e patrimônio líquido		1.179.249	1.050.647	5.758.130	4.605.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional, líquida	24	-	-	3.933.451	3.399.308
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(2.536.680)	(2.238.580)
Lucro Bruto		-	-	1.396.771	1.160.728
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(803)	(1.350)	(1.028.943)	(824.446)
Outras receitas (despesas) operacionais		(777)	(587)	(16.756)	(1.898.096)
		(1.580)	(1.937)	(1.045.699)	(2.722.542)
(Prejuízo) lucro antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(1.580)	(1.937)	351.072	(1.561.814)
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	27	2.637	1.121	51.193	67.462
Despesas financeiras	27	(223.961)	(294.768)	(424.172)	(515.451)
		(221.324)	(293.647)	(372.979)	(447.989)
Resultado de equivalência patrimonial	12	136.753	(1.418.292)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial - Operações descontinuadas	3	-	-	(6.967)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(86.151)	(1.713.876)	(28.874)	(2.009.803)
Imposto de renda e contribuição social	28	-	-	(8.724)	321.468
Prejuízo líquido do exercício		(86.151)	(1.713.876)	(37.598)	(1.688.335)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(86.151)	(1.713.876)	(86.151)	(1.713.876)
Acionistas não controladores		-	-	48.553	25.541
Prejuízo líquido do exercício		(86.151)	(1.713.876)	(37.598)	(1.688.335)
Resultado por ação					
Resultado (Prejuízo) por ação ordinária - básico (em R\$)	23	(0,07)	(1,34)	(0,07)	(1,32)
Quantidade de ações - básico (em milhares)		1.274.246	1.274.560	1.274.246	1.274.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(86.151)	(1.713.876)	(37.598)	(1.688.335)
Patrimônio reflexo	<u>(6.085)</u>	<u>284.234</u>	<u>(6.085)</u>	<u>284.234</u>
Resultado abrangente total do período	<u>(92.236)</u>	<u>(1.429.642)</u>	<u>(43.683)</u>	<u>(1.404.101)</u>
Atribuído a sócios da empresa controladora	(92.236)	(1.429.642)	(92.236)	(1.429.642)
Atribuído a sócios não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.553</u>	<u>25.541</u>
	<u>(92.236)</u>	<u>(1.429.642)</u>	<u>(43.683)</u>	<u>(1.404.101)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora							Total patrimônio líquido consolidado
	Reservas de capital		Transações de ações entre os acionistas	Resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	
Capital social	Reservas de capital							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.275.363	12.368	(647.333)	3.717	(582.919)	61.196	552.592	613.788
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.713.876)	(1.713.876)	25.541	(1.688.335)
Redução de capital, conforme AGE de 31/05/2017	(500)	-	-	-	-	(500)	-	(500)
Patrimônio reflexo em controlada	-	-	-	284.234	-	284.234	-	284.234
Reclassificação de transações de aquisição de ações entre acionistas	-	(647.333)	647.333	-	-	-	-	-
Perda/(ganho) de participação em investimento em controladas	-	-	-	(353.432)	-	(353.432)	71.509	(281.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.274.863	(634.965)	-	(65.481)	(2.296.795)	(1.722.378)	649.642	(1.072.736)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(86.151)	(86.151)	48.553	(37.598)
Destinações:								
Redução de capital, conforme AGE de 15/05/2018	(500)	-	-	-	-	(500)	-	(500)
Patrimônio reflexo em controlada	-	-	-	(6.085)	-	(6.085)	(47.944)	(54.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.274.363	(634.965)	-	(71.566)	(2.382.946)	(1.815.114)	650.251	(1.164.863)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(86.151)	(1.713.876)	(37.598)	(1.688.335)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	259.804	227.856
Constituição e atualização de contingências	-	-	50.526	102.134
Impostos diferidos	-	-	(21.904)	(335.514)
Atualização de juros e variação cambial de empréstimos	214.240	288.141	355.952	429.277
Baixa residual de ativos imobilizados e intangíveis	-	-	2.247	10.199
Atualização de plano de opções	-	-	76.743	3.613
Resultado de equivalência patrimonial	(136.753)	1.418.293	-	-
Variação líquida da provisão de glosas e inadimplência	-	-	(30.113)	8.704
Atualização de juros e variação cambial de aplicações financeiras	-	-	(12.864)	(31.536)
(Atualização)/provisão para perda de contas a receber de venda de participação s	-	-	(5.026)	(337)
Perda por glosas e inadimplência	-	-	166.658	56.727
Atualização de depósito judiciais	-	-	6.419	(352)
Provisão para perda de estoques	-	-	(345)	459
Baixa de ágio sobre investimentos em participações societárias	-	-	-	1.853.301
Atualização de créditos tributários	(399)	(351)	(399)	(351)
Custo da transação da aquisição de controladas	-	-	1.050	5.300
Resultado na venda de investimento	-	-	(7.751)	-
(Redução) aumento nos ativos em:				
Contas a receber de clientes	-	-	(248.474)	(117.837)
Estoque	-	-	658	1.270
Créditos tributários	(1)	(86)	(1)	(86)
Adiantamentos	9	9	9	9
Outros ativos circulantes	-	-	(97.074)	55.450
Outros ativos não circulantes	-	-	2.085	(40.995)
Aumento/(redução) nos passivos em:				
Fornecedores	-	-	18.282	(17.187)
Contas a pagar e provisões	-	-	50.828	86.439
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(12.097)	(3.844)
Outros ativos e passivos	21.377	7.571	25.039	46.001
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	12.322	(299)	542.654	650.365
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(224.672)	(192.363)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(74.973)	(62.054)
Aumento de capital em controladas	-	(830)	-	-
Alteração no patrimônio de aquisição de controladas	-	-	(20.644)	(827)
Redução de capital em controladas	-	17.000	-	17.000
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	3.503	1.345
Aquisição de controlada menos caixa líquido	-	-	(197.299)	(644.069)
Aplicações financeiras	-	-	(1.084.773)	(226.709)
Resgate de aplicações financeiras	-	-	658.360	576.166
Venda de participação societária	-	-	14.781	6.255
Efeito líquido na incorporação reversa	-	-	-	1.484
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	-	16.170	(925.717)	(523.772)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Redução de capital	(500)	(500)	(500)	(500)
Empréstimos tomados e debêntures	2.912.579	-	4.311.171	907.687
Pagamento de empréstimos e debêntures	(2.178.600)	-	(2.858.648)	(623.798)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(732.232)	-	(847.286)	(137.541)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(175.000)	(35.870)
Emissão de ações	-	-	-	830
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos	1.247	(500)	429.737	110.808
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	13.569	15.371	46.674	237.401
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	16.538	1.167	528.203	290.802
No fim do exercício	30.107	16.538	574.877	528.203
	13.569	15.371	46.674	237.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cromossomo Participações III S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital nacional fechado com sede social na Cidade e Estado de São Paulo, localizada na Rua Joaquim Floriano, nº 413, conj. 112, Parte B, Itaim Bibi, CEP 04534-011, cuja finalidade é a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de quotista ou acionista.

Em 20 de janeiro de 2014 a Companhia passou a ser controladora direta da Cromossomo Participações II S.A.. Em 10 de fevereiro de 2014 a Cromossomo Participações II S.A., adquiriu o controle da Diagnósticos da América S.A. (DASA).

Em 20 de dezembro de 2017 a Diagnóstico da América S.A. (DASA) celebrou a incorporação reversa de sua controladora Cromossomo Participações II S.A., pela totalidade do patrimônio líquido da CROMO II, a valor contábil, passando a ser controlada pela Cromossomo Participações III S.A.

2 Aquisições de controladas (Combinação de negócios)

As informações sobre aquisições de controladas no exercício 2018:

Aquisições no exercício de 2018

Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda.

A DASA adquiriu em 02 de abril de 2018, 100% do capital social do Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda., (“Laboratório Deliberato”), sociedade com sede na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo. O Laboratório Deliberato atua nos Municípios de Itaquaquecetuba, Arujá, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Poá, Santa Izabel e Suzano, todos situados no Estado de São Paulo, por meio de seus 11 estabelecimentos, entre unidades de atendimento e laboratório central.

O valor inicial de aquisição do Laboratório Deliberato registrado pela Companhia foi de R\$ 32.361, que é composto de: (i) pagamento a título de sinal de R\$ 2.500 em 22 de dezembro de 2017 e R\$ 5.076 em 20 de março de 2018; (ii) parcela à vista de R\$ 16.785 em 02 de abril de 2018, data de aquisição; e (iii) três parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% da Taxa DI sendo: 1ª. parcela de R\$ 3.200 em 13 de março de 2019; 2ª. parcela de R\$ 3.200 em 13 de março de 2020 e a 3ª. parcela de R\$ 1.600 em 12 de março de 2021.

Adicionalmente, foi aplicada (i) redução no preço de aquisição no montante de R\$ 776 em razão da variação negativa do endividamento líquido verificada em 01 de abril de 2018, e (ii) aumento no preço de R\$ 2.572 representado pelas superveniências ativas relacionadas no contrato de aquisição, que são repassadas aos vendedores após o recebimento pelo Laboratório Deliberato.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela DASA:

Ativo		Passivo	
Circulante	3.650	Circulante	7.011
Caixa e equivalentes de caixa	21	Fornecedores	2.374
Clientes	3.329	Empréstimos e financiamentos	2.466
Impostos a recuperar	272	Salários e encargos a pagar	893
Outros créditos	28	Impostos a pagar	689
		Impostos parcelados	589
Não circulante	291	Não circulante	891
Imobilizado	285	Impostos parcelados	506
Intangível	6	Provisão para contingências	385
		Patrimônio líquido negativo	(3.961)
Total do ativo	3.941	Total do passivo e patrimônio líquido	3.941

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 38.118, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 34.157 e o Patrimônio Líquido de R\$ 3.961. O fluxo de caixa líquido foi negativo de R\$ 349.

Cromossomo Participação V S.A.

A DASA adquiriu em 13 de abril de 2018, 100% do capital social da Cromossomo Participações V S.A. (“CROMO V”), sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O valor da aquisição do CROMO V registrado pela DASA foi de R\$ 3.906, pago integralmente na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela DASA:

Ativo		Passivo	
Circulante	84	Circulante	1.666
Caixa e equivalentes de caixa	84	Contas a pagar por aquisições de participação	1.666
Não circulante	5.463	Patrimônio líquido	3.881
Investimento	5.463		
Total do ativo	5.547	Total do passivo e patrimônio líquido	5.547

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 25, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 3.906 e o Patrimônio Líquido de R\$ 3.881. O fluxo de caixa líquido foi de R\$ 66.

Insitus Serviços Médicos e Laboratoriais Ltda.

A DASA adquiriu em 18 de abril de 2018, 100% do capital social da Insitus Serviços Médicos e Laboratoriais Ltda. (“Insitus”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Insitus é um laboratório especializado em hematologia e oncologia, realizando testes na área de citogenética tumoral, citogenética molecular, citogenética constitucional, citogenética fetal e pós-natal; citometria de fluxo; biologia molecular em hematologia, biologia molecular em oncologia e imunohistoquímica. A Insitus atende em hospitais, laboratórios de medicina

diagnóstica que necessitam de apoio ou suporte nestas áreas, projetos e protocolos de pesquisa nacionais e internacionais, cobrindo todo o território nacional e mais cinco países da América latina.

O valor da aquisição da Insitus registrado pela DASA foi de R\$ 7.023, sendo R\$ 6.321 pago à vista e uma parcela de R\$ 702 com vencimento para 18 de abril de 2019.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela DASA:

Ativo		Passivo	
Circulante	289	Circulante	952
Caixa e equivalentes de caixa	103	Fornecedores	185
Clientes	154	Empréstimos e financiamentos	75
Impostos a recuperar	2	Salários e encargos a pagar	270
Outros créditos	30	Imposto de renda e contribuição social	13
		Impostos a pagar	48
		Impostos parcelados	258
		Outras contas a pagar	103
Não circulante	529	Não circulante	179
Imobilizado	444	Impostos parcelados	179
Intangível	85		
		Patrimônio líquido negativo	(313)
Total do ativo	818	Total do passivo e patrimônio líquido	818

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 7.336, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 7.023 e o Patrimônio Líquido de R\$ 313. O fluxo de caixa líquido foi negativo de R\$ 83.

Fernando Henriques Pinto Junior & Cia Ltda.

A DASA adquiriu em 01 de outubro de 2018, 90% do capital social da Fernando Henriques Pinto Junior & Cia Ltda. (“Padrão Ribeirão”), sociedade com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. O Padrão Ribeirão atua no segmento de análises clínicas por meio de uma unidade de atendimento no município de Ribeirão Preto e três hospitais sendo: Unimed Ribeirão Preto, Hospital São Paulo e Hospital Imaculada Conceição - Sociedade Portuguesa de Beneficência.

O valor da aquisição do Padrão Ribeirão registrado pela DASA foi de R\$ 11.200, sendo R\$ 6.720 pago à vista e R\$ 4.480 serão pagos em três parcelas anuais e consecutivas, as quais serão corrigidas pela variação de 100% do CDI a partir da data de assinatura do contrato até a data de seu efetivo pagamento, o vencimento da última parcela em 1º de outubro de 2021.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	34	Circulante	1.080
Clientes	21	Fornecedores	394
Outros créditos	13	Empréstimos e financiamentos	51
		Salários e encargos a pagar	527
		Impostos a pagar	101
		Outras contas a pagar	7
Não circulante	237	Patrimônio líquido negativo	(809)
Imobilizado	234		
Intangível	3		
Total do ativo	271	Total do passivo e patrimônio líquido	271

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 11.928, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 11.200 e o Patrimônio Líquido de R\$ 728. O fluxo de caixa líquido foi negativo de R\$ 220.

Valeclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda.

A DASA adquiriu em 12 de novembro de 2018, 100% do capital social da Valeclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (“Valeclin”), sociedade com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Valeclin atua no segmento de análises clínicas por meio de nove unidades de atendimento, dois postos descentralizados, atendimento domiciliar e a empresas, e quatro hospitais, sendo dois NTHs (Grupo São José e Santa Casa) e dois modelos de apoio (Pio XII e Hospital Antoninho da Rocha).

O valor da aquisição de Valeclin registrado pela DASA foi de R\$ 43.110, sendo R\$ 17.244 pago à vista e R\$ 25.866 serão pagos em três parcelas anuais e consecutivas, as quais serão corrigidas pela variação de 105% do CDI a partir da data de assinatura do contrato até a data de seu efetivo pagamento, sendo o vencimento da última parcela em 12 de novembro de 2021. A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	5.822	Circulante	4.007
Caixa e equivalentes de caixa	561	Fornecedores	1.473
Clientes	3.845	Empréstimos e financiamentos	299
Impostos a recuperar	275	Salários e encargos a pagar	1.507
Outros créditos	1.141	Impostos a pagar	142
		Impostos parcelados	43
		Outras contas a pagar	543
Não circulante	2.286	Não circulante	2.868
Imobilizado	2.272	Impostos parcelados	2.868
Intangível	14		
		Patrimônio líquido	1.233
Total do ativo	8.108	Total do passivo e patrimônio líquido	8.108

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio de R\$ 41.877, sendo o preço de aquisição ajustado de R\$ 43.110 e o Patrimônio Líquido de R\$ 1.233. O fluxo de caixa líquido foi de R\$ 416.

Ruggeri & Piva Ltda., Maringá Medicina Nuclear Ltda., Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia São Camilo Ltda. e Aliança Biotecnologia Ltda.

A DASA adquiriu em 19 de dezembro de 2018, 100% do capital social das seguintes sociedades: (i) Ruggeri & Piva Ltda. (“Ruggeri”); (ii) Maringá Medicina Nuclear Ltda. (“Maringá”); (iii) Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia São Camilo Ltda. (“São Camilo”); e (iv) Aliança Biotecnologia Ltda. (“Aliança”), todas as sociedades com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

As sociedades adquiridas atuam no segmento de análises clínicas, imagem e apoio por meio de dezenove unidades de atendimento.

O valor total das aquisições registrado pela DASA foi de R\$ 100.280, correspondente a totalidade das quotas do capital social da Ruggeri R\$ 62.165, Maringá R\$ 28.040, São Camilo R\$ 5.483 e Aliança R\$ 4.592, sendo: (i) o montante de R\$ 85.238 foi pago à vista; (ii) R\$ 5.014 será pago um ano após a data de aquisição corrigido até a data de sua liberação pela variação do CDI, podendo sofrer ajustes conforme cláusula contratual; e (iii) R\$ 10.028 será pago em cinco parcelas iguais e anuais, corrigidas até a data de sua liberação pela variação do CDI, ressaltando que havendo perdas devidas na forma de cláusula contratual, e ou perdas potenciais, tais valores serão total ou parcial compensados com o que for devido para a vendedora.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo	São				Passivo	São			
	Ruggeri	Maringá	Camilo	Aliança		Ruggeri	Maringá	Camilo	Aliança
Circulante	5.461	4.411	1.047	298	Circulante	4.640	2.849	462	836
Caixa e equivalentes de caixa	770	200	482	67	Fornecedores	2.531	769	211	143
Clientes	3.714	2.103	341	171	Empréstimos e financiamentos	-	905	-	465
Impostos a recuperar	877	1.907	2	41	Salários e encargos a pagar	1.650	904	198	176
Outros créditos	100	201	222	19	Impostos a pagar	125	89	41	33
					Outras contas a pagar	334	182	12	19
Não circulante	997	5.740	81	333	Não circulante	8.800	2.033	-	-
Depósitos Judiciais	88	27	3	3	Empréstimos e financiamentos	-	2.033	-	-
Investimentos	29	92	9	6	Provisão para contingências	8.800	-	-	-
Imobilizado	879	5.602	69	314					
Intangível	1	19	-	10	Patrimônio líquido e Patrimônio líquido (negativo)	(6.982)	5.269	666	(205)
Total do ativo	6.458	10.151	1.128	631	Total do passivo e patrimônio líquido	6.458	10.151	1.128	631

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido, e determinou o ágio prévio para as empresas abaixo, conforme demonstrado abaixo. O fluxo de caixa líquido foi de R\$ 1.429.

- (i) Ruggeri; A DASA registrou o ágio prévio de R\$ 69.147, sendo o preço de aquisição R\$ 62.165 e o Patrimônio Líquido de R\$ 6.982. (ii) Maringá: A DASA registrou o ágio prévio de R\$ 22.771, sendo o preço de aquisição R\$ 28.040 e o Patrimônio Líquido de R\$ 5.269. (iii) São Camilo: A DASA registrou o ágio prévio de R\$ 4.817, sendo o preço de aquisição R\$ 5.483 e o Patrimônio Líquido de R\$ 666. (iv) Aliança: A DASA registrou o ágio prévio de R\$ 4.797, sendo o preço de aquisição R\$ 4.592 e o Patrimônio Líquido de R\$ 205.

3 Reestruturação societária

Incorporação de controladas

A controlada DASA efetuou incorporações de controladas durante o exercício de 2018, onde os saldos de resultado do exercício, resultado abrangente, fluxos de caixa e valor adicionado da controladas incorporada foram contabilizados de forma detalhada, linha a linha, juntamente com os números da controladora. Anteriormente os mesmos eram lançados em uma única linha, a de equivalência patrimonial, e demonstrados com os números consolidados da DASA.

- **Biomed, Vital Brasil e Oswaldo Cruz** - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2018, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 12 de janeiro de 2018 entre as administrações da DASA e das sociedades incorporadas Biomed Diagnósticos Laboratoriais Ltda., Laboratório Médico Vital Brasil Ltda. e Laboratório Oswaldo Cruz Ltda., sendo extintas e sucedidas pela DASA, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de fevereiro de 2018 com base nos saldos de 31 de janeiro de 2018.
- **Leme** - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de outubro de 2018, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 12 de setembro de 2018 entre as administrações da Companhia e da sociedade incorporada Leme Laboratório de Endocrinologia e Metabologia da Bahia Ltda., sendo extintas e sucedidas pela DASA, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de novembro de 2018 com base nos saldos de 31 de outubro de 2018.
- **Gilson Cidrim e CERPE** - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de novembro de 2018, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 13 de setembro de 2018 entre as administrações da DASA e das sociedades incorporadas Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cidrim Ltda. e Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda., sendo extintas e sucedidas pela DASA, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 03 de dezembro de 2018 com base nos saldos de 30 de novembro de 2018.

Venda de controladas

Cromossomo Participações V S.A.

Em 16 de novembro de 2018, a totalidade dos membros do Conselho de Administração da sua controlada Diagnósticos da América S.A. - DASA, alienou a totalidade de ações de titularidade da DASA de 100% do capital social da Cromossomo Participações V S.A. para a Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia Genoma IV, empresa do mesmo Grupo econômico da Companhia. A seguir são resumidos os valores dos ativos e passivos na data da transação:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.249	Fornecedores	353
Impostos a recuperar	12	Salários/encargos a pagar	107
Outros créditos	18	Provisões da folha	123
		Impostos a pagar	71
		Contas a pagar por aquisições de controladas	2.500

Ativo		Passivo	
Não circulante			
Investimento	6.803	Patrimônio Líquido	6.913
Imobilizado	1.145		
Intangível	840		
Total Ativo	10.067	Total passivo e patrimônio líquido	10.067

As operações que foram descontinuadas não afetam a demonstração de resultado do período comparativo, visto que a Cromossomo Participações V S.A., foi adquirida em 13 de abril de 2018, e está sendo apresentada as operações descontinuadas separadamente das operações continuadas.

Demonstração do resultado

Receita operacional líquida	-
Custo dos serviços prestados	<u>(1.898)</u>
Prejuízo bruto	(1.898)
Despesas gerais e administrativas	<u>(5.022)</u>
Prejuízo antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(6.920)
Resultado financeiro	<u>(47)</u>
Prejuízo do período	<u><u>(6.967)</u></u>

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de junho de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

- (b) Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

4.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas nº 12** - consolidação: determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 17** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento; e classificação de arrendamento mercantil.

b. *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 2** - aquisição de controlada (combinação de negócios): valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- **Nota explicativa nº 9** - Contas a receber de clientes - análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- **Nota explicativa nº 21** - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências (demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis), principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 27** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 29** - Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(i) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria Financeira e alta administração da Companhia.

Caso informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos termos do pronunciamento técnico CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- Os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram avaliados, reclassificados ou representados. Abaixo

apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas notas explicativas a seguir.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes.

Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma empresa quando está exposto, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a empresa e tem a influência significativa de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Participação direta	31/12/2018	31/12/2017
Diagnósticos da América S.A. - DASA	74,17%	74,17%

(iii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia definiu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na

antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(vi) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre as empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Moeda estrangeira*

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. *Receita operacional*

(i) *Receitas de serviços*

As receitas operacionais correspondem, substancialmente ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável e que benefícios econômicos futuros serão transferidos para Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

Os contratos celebrados entre a DASA e seus respectivos clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e possuem os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento identificadas.

A obrigação de desempenho nestes contratos refere-se à realização da análise clínica, iniciada com a coleta do material para posterior emissão do laudo diagnóstico, que fica disponível ao usuário clínico por meio do site ou para retirada em uma das unidades de atendimento.

d. Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver, mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 180 dias.

g. Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

i. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado, o ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e das suas controladas.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

k. Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das informações financeiras.

I. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme termos do pronunciamento técnico CPC 32 / IAS 12.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iii) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

(iv) Acordos de pagamento baseado em ações

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia no curto, médio e longo prazo, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

n. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

o. Provisões

Caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a

obrigação. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

p. Pagamentos de arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento.

A Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia e suas controladas.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) *Pagamentos arrendados*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

q. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (i). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

6 Pronunciamentos do IFRS, CPC e novos requerimentos legais

6.1 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018

CPC 48 - Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - Financial Instruments

O CPC 48 / IFRS 9 - trata da classificação, mensuração e do reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O IFRS 9 foi emitido de forma completa em julho de 2014 e substituiu o CPC 38 / IAS 39.

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações do IFRS 9 foram os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado), dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas” com base no histórico de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas,

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) - Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Companhia.

A DASA adotou o CPC 47 / IFRS 15 e o CPC 48 / IFRS 9 usando o método de efeito cumulativo, com efeito de adoção inicial em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2018, com a adoção da norma, o efeito no resultado decorrente das perdas estimadas com glosas e inadimplência sobre o saldo de contas à receber de clientes resultou em uma reversão de R\$ 86.952 no consolidado, apresentada no grupo de Receita operacional na rubrica de reversão/(provisão) por glosas e inadimplência (vide nota explicativa nº 29).

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma:

(i) *Custo amortizado*

Ativos financeiros mantidos pela Companhia são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, menos qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro.

(ii) *Mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros mantidos pela Companhia mensurados ao valor justo por meio do resultado correspondem aos saldos de títulos e valores mobiliários, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro, por opção da Companhia.

CPC 47 - Receita de contratos com clientes / IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 (CPC 47), que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 (CPC 47) contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que a Companhia e suas controladas aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substituiu o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.

Contraprestação variável

Nossos contratos com convênios e hospitais preveem descontos em nossas receitas por conta de glosas, que representam desconformidade técnica ou administrativa de comprovantes enviados ou serviços prestados em que não conseguimos recorrer ou recursar. Segundo o pronunciamento técnico CPC 47 / IFRS 15, estes descontos deverão ser estimados no momento do reconhecimento da receita do serviço prestado, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer.

A DASA concluiu que não foi necessário um ajuste referente às glosas no momento inicial do reconhecimento da receita, com base no histórico médio de descontos concedidos por glosas não recuperadas.

Com a adoção da nova norma, em 31 de dezembro de 2018, foi registrado em conta redutora da receita operacional bruta a provisão de glosas no montante de R\$ 24.503 no consolidado.

6.2 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas, mas que ainda não estão vigentes

Foram aprovadas e emitidas a seguinte norma e interpretação, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil / IFRS 16 - Leases

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento nessa data, a avaliação da Administração se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

Interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos tratamentos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais. Com base, em geral, nos últimos cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários

estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

Alterações à CPC 48 / IFRS 9: Características de pré-pagamento com compensação negativa

Um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de “SPPI”) e o instrumento é realizado dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI, independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está realizando as análises necessárias.

Alterações à CPC 33 / IAS 19: Alterações do plano, restrição ou liquidação

As alterações a IAS 19 abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando um aditivo ao plano, redução ou liquidação ocorre durante o período de uma entidade é obrigada a:

- (i) Determinar o custo do serviço corrente pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais usadas para medir novamente o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
- (ii) Determinar juros líquidos pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, utilizando: o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos sob o plano e os ativos do plano após esse evento; e a taxa de desconto utilizada para medir novamente esse passivo (ativo) líquido de benefício definido.

As alterações também esclarecem que uma entidade primeiro determina qualquer custo do serviço passado, ou um ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do teto do ativo. Esse valor é reconhecido no resultado. Uma entidade então determina o efeito do teto do ativo após a alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos, é reconhecida em outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações do plano ocorridas no ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. Estas alterações aplicar-se-ão apenas a futuras alterações, reduções ou liquidações.

Melhorias Anuais ao Ciclo de Normas IFRS 2015-2017

(i) CPC 32 / IAS 12 Imposto de renda

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações passadas ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos acionistas. Portanto, reconhece os efeitos do imposto de renda sobre os dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade originalmente reconheceu aquelas transações ou eventos passados.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. Não são esperados efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas.

(ii) **CPC 20 / IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos**

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar aquele ativo para o uso pretendido ou a venda estiverem completas.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. A prática atual está alinhada com essas alterações.

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Banco conta movimento	33	17	25.826	10.983
Aplicações financeiras (a)	30.074	16.521	549.051	517.220
Total caixa e equivalentes de caixa	30.107	16.538	574.877	528.203

- (a) Aplicações realizadas em fundo de renda fixa com remuneração média em 2018 e 2017 de 101,31% a.a. do CDI, CDB e operações compromissadas de 100% do CDI.

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

8 Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Fundo de investimento renda fixa - não exclusivo	535.711	78.789
Certificado de recebíveis imobiliário (a)	-	20.980
Operação compromissada	681	-
	536.392	99.769
Ativo circulante	536.392	80.964
Ativo não circulante	-	18.805

- (a) Títulos de empresas privadas adquiridos pela controlada, com securitização de aluguéis.

Aplicações realizadas em fundo de renda fixa com remuneração média em 2017 de 105,04% a.a. do CDI (105,04% do CDI), CDB, certificados de recebíveis imobiliário em 2018 de 20% do CDI (2017 de IGPM + 8,19%).

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Duplicatas a receber:		
A vencer	414.274	464.260
Vencidos (b)	293.637	196.707
	707.911	660.967
Outras contas a receber:		
Cheques devolvidos	935	1.008
Cartão de crédito	970	5.242
Convênios a faturar (a)	173.374	120.742
	175.279	126.992
Contas a receber de clientes	883.190	787.959
Menos:		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos	(94.446)	(124.559)
Total Contas a receber de clientes, líquido	788.744	663.400
Ativo circulante	780.309	660.399
Ativo não circulante	8.435	3.001

- (a)** A rubrica de convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do período.
- (b)** Resumo das duplicatas vencidas (duplicatas a receber e partes relacionadas):

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
até 120	162.688	74.124
121 a 180	26.636	19.536
181 a 360	51.879	57.711
acima de 360	52.434	45.336
	293.637	196.707

Para análise sobre os impactos e implementação dos pronunciamentos técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 - Receita de contratos com clientes, a DASA desenvolveu uma metodologia para concessão de notas (*ratings*) a seus clientes, por tipo de segmento: convênios, hospitais, rede pública e apoio. Após a definição dos grupos, foi analisado o comportamento de recebimento, que para o qual divide-se em dois grupos: *rating* A e B, respectivamente: *rating* A - clientes considerados com risco de crédito baixo, suportados por históricos de inexistência de qualquer inadimplência, e *rating* B - nessa categoria, ficariam todos os demais clientes que não foram incluídos no grupo da *rating* A.

Movimentação no exercício de 2018 das provisões para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosa e cheques devolvidos:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(124.559)
Variação da provisão:	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(572.190)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas	(429)
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes	602.812
Provisão para cheques devolvidos	<u>(80)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(94.446)</u>

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Material direto nacional	47.039	45.526
Material direto importado	4.136	2.827
Material secundário nacional	22.496	21.952
Material de consumo	<u>11.419</u>	<u>15.098</u>
	<u>85.090</u>	<u>85.403</u>

- (a) Provisão para perda e obsolescência - De forma a refletir a melhor estimativa de perda da DASA em relação aos seus estoques, a provisão para perda e obsolescência foi constituída nas demonstrações financeiras consolidadas para 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 4.962 (R\$5.307 em 2017), principalmente por determinados itens sem movimento há mais de 180 dias. Os saldos acima estão demonstrados líquidos do valor de provisão individualmente para cada categoria de estoque.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
IRPJ/CSLL - saldo a recuperar sobre saldo negativo	4.850	4.648	203.649	135.545
INSS a recuperar	-	-	44.550	24.334
PIS/COFINS/CSLL - retenções na fonte	-	-	6.316	40.206
Outros	<u>345</u>	<u>147</u>	<u>16.768</u>	<u>6.901</u>
Total créditos tributários	<u>5.195</u>	<u>4.795</u>	<u>271.283</u>	<u>206.986</u>

12 Investimentos

12.1 Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
DASA - Diagnósticos da América S.A.	989.911	989.051	-	-
Outros investimentos	-	-	3.980	6.198
	989.911	989.051	3.980	6.198

Empresa controlada	Data-base	Quantidade de quotas/ações do capital social	Quantidade de quotas/ações possuídas	Percentual de participação no capital integralizado	Capital	Patrimônio	Resultado
					integralizado	líquido	do período
Diagnósticos da América S.A. - DASA	31/12/2018	311.926.140	231.355.618	74,17	2.235.369	3.319.948	136.753
	31/12/2017	311.926.140	231.355.618	74,17	2.235.369	3.319.948	(1.413.103)

12.2 Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2016	Aumento de Capital na Investida	Redução de Capital na Investida	Transferência por incorporação	Dividendos /JCP	Patrimônio líquido reflexo	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Cromossomo Participações II S.A.	2.524.005	830	(17.000)	(1.122.743)	-	28.011	(1.413.103)	-
Diagnósticos da América S.A. - DASA	-	-	-	1.122.743	(31.293)	(97.210)	(5.189)	989.051
	2.254.005	830	(17.000)	-	(31.293)	(69.199)	(1.418.292)	989.051
	Saldo em 31/12/2017	Aumento de Capital na Investida	Redução de Capital na Investida	Transferência por incorporação	Dividendos /JCP	Patrimônio líquido reflexo	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Diagnósticos da América S.A. - DASA	989.051	-	-	-	(129.808)	(6.085)	136.753	989.911

- (i) Em 29 de dezembro de 2015 a DASA divulgou edital de Oferta Pública de Ações (OPA) como condição para saída do Novo Mercado, em atendimento ao disposto no item 4.8 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Em 11 de janeiro de 2016 o Conselho de Administração da DASA manifestou-se favorável a OPA.

A controlada DASA comunicou que em 2 de fevereiro de 2016 recebeu a correspondência de sua acionista CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A. informando o resultado do leilão ocorrido no dia 1º de fevereiro de 2016 referente à Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações lançada por Cromossomo e detalhada no edital publicado em 29 de dezembro de 2015.

Com a liquidação financeira do leilão em 4 de fevereiro de 2016, de acordo com informações constantes da referida correspondência foram adquiridas 79.723.350 ações, ao preço de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos), totalizando R\$ 837.526.279 (oitocentos e trinta e sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e nove reais), incluindo taxas e comissões, representando 92% do total de ações objeto da oferta. Adicionalmente, ao longo do período entre o fim do leilão citado acima e 30 de abril de 2016 foram adquiridas 800.337 (oitocentas mil trezentas e trinta e sete) novas ações, ao preço médio de R\$ 10,59 (dez reais e cinquenta e nove centavos), totalizando R\$ 20.785.006 (vinte milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e seis reais), incluindo taxas e comissões, com o que a ofertante em conjunto com o Sr. Edson de Godoy Bueno e a Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno passaram a deter um total de 304.031.746 ações, representativas de 97,79% do capital da DASA, descontadas as ações em tesouraria, ao investimento total, em 2016, de R\$ 858.311.285 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e onze mil, duzentos e oitenta e cinco reais). As ações da DASA deixaram de ser negociadas no Novo Mercado no dia imediatamente após o leilão, passando a serem negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA.

A transação acima foi reconhecida contabilmente considerando o valor justo do ativo adquirido, a diferença entre o valor pago e o valor justo no montante de R\$ 647.333, foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de "Transação de ações com sócios" por se tratar da aquisição de ações de investida da CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A.

- (ii) No dia 31 de maio de 2017, em AGE, os acionistas da Cromossomo II decidiram por uma redução no capital no montante de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), valor a ser restituído ao acionista Cromossomo Participações III, com o cancelamento de 17.000.000 (dezesete milhões) ações emitidas pela Cromossomo II, passando, então, a contar com 3.108.880.758 (três bilhões, cento e oito milhões, oitocentas e oitenta mil e setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias.

Cromossomo Participações III S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018*

- (iii) Em 27 de novembro de 2017, os administradores da DASA e da CROMOSSOMO Participações II S.A. (“CROMO II”), acionista da DASA, após concluírem estudos relativos à DASA e à CROMO II celebraram, na forma e para os efeitos do que dispõem os artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e submeteram à apreciação dos acionistas da DASA e da CROMO II em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2017, o PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO (“Protocolo”), que estabeleceu as bases da proposta de incorporação pela DASA da totalidade do patrimônio líquido da CROMO II, a valor contábil, sucedendo a CROMO II em todos os seus direitos e obrigações.
- (iv) A controlada Diagnósticos da América S/A “DASA”, está sediada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo como objeto social principal a prestação de serviços de laboratórios clínicos e também a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.
- Em 20 de dezembro de 2017, através de assembleia geral extraordinária, ocorreu a incorporação reversa da Cromossomo Participações II S.A., pela DASA. Na mesma data, as ações da DASA detidas pela CROMO II passaram a ser controladas pela sua acionista Cromossomo Participações III S.A. “Companhia”, a qual passou a deter controle direto sobre a DASA.

13 Imobilizado - Consolidado

		<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Taxa média Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	29.990	(6.031)	23.959	24.720
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	718.743	(454.834)	263.909	256.213
Benfeitorias em imóveis próprios	10	16.496	(6.285)	10.211	2.630
Aparelhos e equipamentos	13	886.047	(426.711)	459.336	408.981
Móveis e utensílios	11	97.273	(49.641)	47.632	48.245
Instalações	10	121.611	(63.531)	58.080	46.021
Equipamentos de informática	20	154.025	(121.704)	32.321	46.710
Veículos	20	5.222	(4.325)	897	318
Biblioteca	10	201	(184)	17	27
Terrenos	-	22.710	-	22.710	22.710
Imobilizações em andamento	-	101.174	-	101.174	109.970
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(7.907)	-	(7.907)	(7.944)
		<u>2.145.585</u>	<u>(1.133.246)</u>	<u>1.012.339</u>	<u>958.601</u>

Movimentação do custo - Consolidado

	<u>Consolidado</u>						
	<u>Movimento do exercício</u>						
	31/12/2017	Aquisição controlada (a)	Adições	Baixas	Operação descontinuada (b)	Transferências (c)	
Imóveis	30.572	-	-	-	-	(582)	29.990
Benfeitorias em imóveis de terceiros	652.873	1.515	3.373	(36)	(749)	61.767	718.743
Benfeitorias em imóveis próprios	14.984	-	112	-	-	1.400	16.496
Aparelhos e equipamentos	761.689	17.117	1.203	(16.588)	(4)	122.630	886.047
Móveis e utensílios	89.154	1.990	3.002	(2.333)	(146)	5.606	97.273
Instalações	100.218	1.511	32	(394)	-	20.244	121.611
Equipamentos de informática	140.821	2.320	1.192	(2.328)	(290)	12.310	154.025
Veículos	5.092	488	116	(1.218)	-	744	5.222
Biblioteca	201	-	-	-	-	-	201
Terrenos	22.710	-	-	-	-	-	22.710
Imobilizações em andamento	109.970	-	215.605	(282)	-	(224.119)	101.174
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável (a)	(7.944)	-	37	-	-	-	(7.907)
	<u>1.920.340</u>	<u>24.941</u>	<u>224.672</u>	<u>(23.179)</u>	<u>(1.189)</u>	<u>-</u>	<u>2.145.585</u>

Movimentação depreciação - Consolidado

	Consolidado						
	Movimento do exercício						
	31/12/2017	Aquisição controlada (a)	Adições	Baixas	Operação descontinuada (b)	Transferências (c)	31/12/2018
Imóveis	(5.852)	-	(179)	-	-	-	(6.031)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(396.660)	(118)	(50.332)	(58)	28	(7.694)	(454.834)
Benfeitorias em imóveis próprios	(12.354)	-	(1.700)	-	-	7.769	(6.285)
Aparelhos e equipamentos	(352.708)	(2.145)	(84.102)	11.517	12	715	(426.711)
Móveis e utensílios	(40.909)	(1.027)	(9.161)	993	4	459	(49.641)
Instalações	(54.197)	(403)	(9.118)	186	-	1	(63.531)
Equipamentos de informática	(94.111)	(10.540)	(19.073)	2.961	-	(941)	(121.704)
Veículos	(4.774)	(377)	(376)	1.511	-	(309)	(4.325)
Biblioteca	(174)	-	(10)	-	-	-	(184)
	(961.739)	(14.610)	(174.051)	17.110	44	-	(1.133.246)

- (a) Empresas adquiridas pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (b) Venda de operação descontinuada. Balanço patrimonial em 16 de novembro de 2018, data da efetivação da venda da operação descontinuada referente a sociedade controlada Cromossomo Participações V S.A (controlada DASA).
- (c) Os gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção e instalação, são transferidos para o grupo específico na rubrica de imobilizado quando disponíveis para o uso, após a conclusão do projeto são iniciadas a depreciação dos ativos relacionados.

As adições de depreciação acumulada demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos, esta alocação está vinculada a utilização fim de cada ativo.

Durante o exercício a Companhia avaliou seus ativos, e não identificou indicadores de não recuperabilidade.

14 Intangível

	Consolidado				
	31/12/2018			31/12/2017	
	Taxa média Amortização % a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de participação - Ágio		2.620.265	(248.574)	2.371.691	2.175.950
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	20	444.038	(295.512)	148.526	147.912
Direito de uso de área comercial	20	1.570	(1.362)	208	275
Desenvolvimento de projetos	33	113	(59)	54	54
Marcas	3,3	600.016	(87.787)	512.229	507.519
Contrato de exclusividade com clientes	15	15.870	(8.873)	6.997	8.648
Fundo de comércio	7	337	-	337	-
Relacionamento com Clientes	5	1.351.071	(350.043)	1.001.028	1.006.966
Mais valia de ativo fixo	20	25.539	(5.236)	20.303	22.810
Acordo de não competição	10	4.917	(3.770)	1.147	3.670
Intangível em andamento		(1.977.474)	-	(1.977.474)	(1.998.810)
		465.997	(752.642)	(286.645)	(300.956)
		3.086.262	(1.001.216)	2.085.046	1.874.994

Movimentação do custo e amortização - Consolidado

Consolidado								
Movimento do exercício								
	31/12/2017	Ajuste no preço de aquisição de controladas (a)	Aquisição Controlada (b)	Adições	Baixas	Operação descontinuada (c)	Transf (d)	31/12/2018
Aquisição de participação - Ágio	2.424.524	197.877	23.583	1.066	(25)	-	(26.760)	2.620.265
Outros Intangíveis								
Sistemas de informática	392.262	318	-	3.460	(10)	-	48.008	444.038
Direito de uso de área comercial	1.565	5	-	-	-	-	-	1.570
Desenvolvimento de projetos	113	-	-	-	-	-	-	113
Marcas	578.551	26	-	11	-	(3)	21.431	600.016
Contrato de exclusividade com clientes	15.870	-	-	-	-	-	-	15.870
Fundo de comércio	-	-	-	337	-	-	-	337
Projeto de reestruturação DASA	-	82	-	755	-	(837)	-	-
Relacionamento com Clientes	1.347.093	-	-	-	-	-	3.978	1.351.071
Mais valia de ativo fixo	25.435	-	-	-	-	-	104	25.539
Acordo de não competição	3.670	-	-	-	-	-	1.247	4.917
Intangível em andamento	6.374	-	-	69.344	-	-	(48.008)	27.710
Baixa de ágio na incorporação reversa	(2.005.184)	-	-	-	-	-	-	(2.005.184)
	365.749	431	-	73.907	(10)	(840)	26.760	465.997
	2.790.273	198.308	23.583	74.973	(35)	(840)	-	3.086.262

Movimentação amortização - Consolidado

Consolidado					
Movimento do exercício					
	31/12/2017	Aquisição Controlada (b)	Adições	Transferências (b)	31/12/2018
Aquisição de participação - Ágio	(248.574)	-	-	-	(248.574)
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	(244.350)	(168)	(50.994)	-	(295.512)
Direito de uso de área comercial	(1.290)	-	(72)	-	(1.362)
Desenvolvimento de projetos	(59)	-	-	-	(59)
Marcas	(71.032)	(15)	(16.740)	-	(87.787)
Contrato de exclusividade com clientes	(7.222)	-	(1.651)	-	(8.873)
Relacionamento com Clientes	(340.127)	-	(9.916)	-	(350.043)
Mais valia de ativo fixo	(2.625)	-	(2.611)	-	(5.236)
Acordo de não competição	-	-	(3.770)	-	(3.770)
	(666.705)	(183)	(85.754)	-	(752.642)
	(915.279)	(183)	(85.754)	-	(1.001.216)

- (a) Acerto no preço de aquisição de controlada. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (b) Empresas adquiridas pela DASA. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (c) Venda de operação descontinuada. Balanço patrimonial em 16 de novembro de 2018, data da efetivação da venda da operação descontinuada referente a sociedade controlada Cromossomo Participações V S.A.
- (d) Os gastos realizados pela Companhia classificados como intangível em andamento durante o período de desenvolvimento, são transferidos para uma rubrica específica no grupo do intangível quando estão disponíveis para o uso.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o período a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos.

15 Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	337.044	314.729
Fornecedores estrangeiros	12.901	8.279
Serviços médicos especializados	42.741	41.503
	392.686	364.511
Passivo circulante	360.817	310.015
Passivo não circulante	31.869	54.496

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos médios	Vencimento final	Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017
Moeda nacional				
Capital de giro:				
Banco do Brasil	108,0% do CDI	10/06/18	-	8.606
Banco Bradesco S/A (a) (iii)	CDI + 3,66% 14,16% a.a.	13/11/20	-	3.664
Banco Itaú S/A (a) (iii)	14,84% a.a. CDI + 3,967	29/07/20	-	20.616
Banco ABC (a) (iii)	CDI + 3,75% CDI + 2,43%	19/02/18	-	10.025
Banco Santander (a) (iii)	CDI + 3,66% CDI + 3,88% 127,7% CDI	05/10/21	-	36.042
Banco HSBC (a) (iii)	CDI + 1,45% 14,90% a.a.	24/08/18	-	1.773
Banco Votorantim S/A (a) (iii)	14,90% a.a. CDI + 3,80% CDI + 2,50%	16/01/20	-	23.106
Financiamento				
BNDES - FINAME PSI (i) (ii)	6% a.a., 9,5%a.a. e TJLP + 3,7%	15/12/24	6.510	39.216
FINEP - (iv)	TJLP + 3%	15/09/26	26.776	26.498
Notas promissórias (b)	107,0% do CDI 6,00% a.a. 9,50% a.a.	21/06/19	330.222	509.063
BNDES - FINAME (a) (iii)	Selic+3,58% Selic+4,76% TJLP+4,40%	15/10/21	-	7.534
BNDES (a) (iii)	4,5% a.a.	15/03/24	1.549	-
Banco de Lage Landen (a) (ii) (iii)	13,6% a.a.	04/12/22	1.000	-
Outros	-	-	796	12
Leasing:				
Leasing financeiro - Hitachi	IGPM	22/06/21	3.889	5.131
			370.742	691.286
Passivo circulante			281.759	319.382
Passivo não circulante			88.983	371.904
			370.742	691.286

Garantias para empréstimos e financiamentos

- (i) Nota Promissória de 100% do valor do contrato em nome da DASA.
- (ii) Bem financiado.
- (iii) Imóveis, aval, cessão de direitos creditórios

(iv) Carta de fiança

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas. Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo circulante e passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros em risco de liquidez.

(a) Empresa adquirida pela DASA. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.

(b) A DASA liquidou antecipadamente operações de empréstimos de controladas com o objetivo de redução do custo financeiro.

(c) **Notas promissórias - Em 08 de junho de 2017**, o Conselho de Administração da DASA aprovou a realização da 4ª emissão, pela DASA, de 400 notas promissórias, em série única, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 500 (“Notas Promissórias”), com valor total de R\$200.000 na data de emissão, qual seja, 21 de junho de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 22 de junho de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

(d) **Notas promissórias - Em 05 de dezembro de 2017**, o Conselho de Administração da DASA aprovou a realização da 5ª emissão, pela DASA, de 300 notas promissórias, em realizada em 3 (três) séries, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um milhão de reais) (“Notas Promissórias”), com valor total de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 28 de dezembro de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 28 de dezembro de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

A Emissão foi realizada em 3 séries, sendo (i) 200 Notas Promissórias da primeira série, (ii) 50 Notas Promissórias da segunda série e (iii) 50 Notas Promissórias da terceira série. O prazo (i) das Notas Promissórias da primeira série é de até 365 dias contados da data de emissão, (ii) das Notas Promissórias da segunda série é de até 730 dias contados da data de emissão e (iii) das Notas Promissórias da terceira série é de até 1.095 dias contados da data de emissão.

As Notas Promissórias possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2018 a DASA estava adimplente com as condições contratuais.

17 Arrendamento mercantil financeiro e operacional

Leasing financeiro nacional

A DASA é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2021 no montante de R\$ 3.889 (R\$ 5.131 em 2017), sendo deste montante, R\$ 1.580 classificado no passivo circulante (R\$ 1.504 em 2017). O juros desta transação em 2018 é de R\$ 294 (R\$ 0 em 2017 por projeção negativa). O prazo médio dos contratos é de 5 anos e estão vinculados a taxas de juros de IGPM.

Arrendamento mercantil operacional

Os aluguéis de imóveis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis são os seguintes:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total
Até 12 meses	174.093	4.648	178.741	160.788	4.979	165.767
Entre 13 e 60 meses	343.353	9.168	352.521	357.893	11.083	368.976
Após 60 meses	278.078	11.131	289.209	280.612	1.213	281.825

795.524 24.947 820.471 799.293 17.275 816.568

18 Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Debêntures não conversíveis	2.912.579	2.159.600	5.062.759	3.259.690
Juros remuneratórios	82.003	620.742	107.174	643.354
	2.994.582	2.780.342	5.169.933	3.903.044
Custo de transação	(230)	(7.321)	(3.047)	(10.322)
Debêntures em tesouraria (a)	-	-	-	(18.618)
	(230)	(7.321)	(3.047)	(28.940)
	2.994.352	2.773.021	5.166.886	3.874.104
Passivo circulante	-	-	165.741	352.547
Passivo não circulante	2.994.352	2.773.021	5.001.145	3.521.557

- (a) Em 27 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu 3.626 debêntures da 1ª série da 5ª emissão, que ficaram em custódia junto ao Banco Credit Agricole S.A. Em 10 de março de 2018 esta série foi totalmente amortizada, e as debentures em tesouraria integralmente recolocadas no mercado. Em 13 de julho de 2018 a Companhia adquiriu 2.912.579 debêntures da 1ª série da 3ª emissão, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia.

As Debêntures classificadas no passivo não circulante têm o seguinte prazo para amortização das 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Emissões:

	Principal	Custo de transação	Total
2020	274.275	(815)	273.460
2021	3.194.021	(791)	3.193.230
2022	483.118	(215)	482.903
2023 a 2026	1.049.961	(39)	1.049.922
	5.001.375	(1.860)	4.999.515

As emissões das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, demonstrada a seguir:

Emissão	Série	Data de aprovação	Quantidade	Valor total	Prazo (contados à partir da emissão)	Remuneração	Amortização do principal
2ª	Única	18/01/2016	21.786	2.178.600	3 anos	100% do DI + 1,60%a.a.	31/07/2018
3ª	Única	13/07/2018	2.912.579	2.912.579	3 anos	108,50% do DI	25/07/2021
5ª	2ª	09/02/2015	15.018	150.180	5 anos	100% do DI + 1,20%a.a.	10/03/2020
7ª	Única	25/11/2016	20.000	200.000	5 anos	112,25% do DI	3 parcelas - 1ª 19/12/2019, 2ª 19/12/2020 e 3ª 19/12/2021
8ª	Única	08/08/2017	40.000	400.000	5 anos	108,00% do DI	Pagamento semestral
9ª	Única	05/02/2018	60.000	600.000	5 anos	108,60% do DI	3 parcelas - 1ª 25/08/2020, 2ª 25/08/2021 e 3ª 25/08/2022 2 parcelas - 1ª 26/03/2022 e 2ª 26/03/2023

Emissão	Série	Data de aprovação	Quantidade	Valor total	Prazo (contados à partir da emissão)	Remuneração	Amortização do principal
10ª	1ª	19/11/2018	10.000	100.000	em até 5 anos	107,40% do DI	2 parcelas - 1ª 10/12/2022 e 2ª 10/12/2023
10ª	2ª	19/11/2018	30.000	300.000	6 anos	110,50% do DI	10/12/2024
10ª	3ª	19/11/2018	40.000	400.000	em até 8 anos	112,50% do DI	2 parcelas - 1ª 10/12/2025 e 2ª 10/12/2026

Os recursos líquidos obtidos pela DASA com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para alongar o perfil de endividamento e reforço no capital de giro, para atender aos negócios de gestão ordinária da DASA.

Covenants financeiros e não financeiros - Vencimentos antecipados

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas obrigações decorrentes das debêntures e, exigir o imediato pagamento, pela Companhia do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração de juros do período, caso a Companhia não cumpra com algumas cláusulas contratuais, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais.

19 Impostos parcelados

	Termino da amortização	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento ISS - CERPE (a)	2029	2.617	2.956
Refis IV - Lab. Gaspar	2024	1.991	2.300
Parcelamento INSS - LEME (a)	2021	1.434	1.835
Parcelamento ISS - LEME (a)	2024	6.501	6.821
Parcelamento - PERT (c)	2019	2.080	2.445
Parcelamento taxa de resíduos sólidos - SZD (b)	2022	2.163	1.619
Parcelamento PERT - Santa Luzia (b)	2019	-	15.881
Parcelamento INSS - Santa Luzia (b)	2019	87	1.056
Parcelamento impostos federais - Valeclin (b)	2028	2.844	-
Outros	2019	1.396	2.523
		21.113	37.436
Passivo circulante		5.714	16.435
Passivo não circulante		15.399	21.001

(a) Empresa incorporadas.

(b) Empresa adquirida pela DASA. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.

(c) A DASA e suas controladas após análise econômica aliada à opinião dos assessores jurídicos externos, formalizou a adesão de alguns processos tributários no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela medida provisória de nº 783 de 31 de maio de 2017 e regulamentado pela IN RFB nº 1711/17 de 16 de junho de 2017.

20 Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

	Atualização	Vencimento	Consolidado	
			31/12/18	31/12/17
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	jun/19	98.516	191.629
Garantida com aplicações financeiras	(a)	(b)	43.818	53.569
			142.334	245.198
Circulante			53.720	152.919
Não circulante			88.614	92.279

- (a) Atualizada à taxa média de 109,98% a.a. do CDI (105,04% a.a do CDI em 31 de dezembro de 2017) em fundos de renda fixa, e 99,98% do CDI em 31 de dezembro de 2017 em CDB / operações compromissadas, que são administrados por instituições financeiras.
- (b) Vencimento de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência, as aplicações financeiras estão registradas e divulgadas em rubrica segregada no ativo não circulante.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado
2020	24.907
2021	13.860
2022	2.010
2023	2.010
2024	45.827
Total	88.614

21 Provisões contingências

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Trabalhistas e cíveis (a)	43.209	21.310	28.840	21.238
Demandas fiscais e previdenciárias (b)	78.842	58.156	104.694	48.434
	122.051	79.466	133.534	69.672

- (a) **Provisões para riscos trabalhistas e cíveis**
Em 31 de Dezembro de 2018, a DASA era parte em 1.690 ações trabalhistas (2.091 em 31 de dezembro de 2017) e em 1.484 processos cíveis administrativos e judiciais (1.349 em 31 de dezembro de 2017). As provisões de R\$ 43.209 (R\$ 28.840 em 31 de dezembro de 2017), são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável, possível e remoto.

A DASA também é parte, em conjunto com uma empresa operadora de plano de saúde, em processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815 em 07 de dezembro de 2007. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida e ainda não há como estimar o valor de perda para a DASA. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500 (que atualizados em 31 de dezembro de 2018 correspondem a, aproximadamente, R\$ 14.272, além do pedido por indenização por danos morais), aplicáveis à operadora de plano de saúde e à DASA, que respondem de forma solidária. Em 20 de agosto de 2015 foi proferida sentença julgando a demanda extinta, em face desta decisão, a parte autora interpôs recurso. O recurso de apelação interposto permanece pendente de julgamento.

Em relação a questões trabalhistas, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a DASA e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., sociedade incorporada pela DASA em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a DASA divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à DASA. Em 24 de fevereiro de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho proveu parcialmente o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público e condenou a DASA a registrar os médicos intervenientes anuentes - o que representa aproximadamente 22 profissionais - além da redução do dano moral coletivo para R\$ 500. O acórdão proferido pelo TRT - 1ª Região definiu médicos intervenientes da seguinte maneira: "(são aqueles) que exercem coordenação sobre os médicos executores integrantes de uma mesma especialidade". A DASA, e o Ministério Público apresentaram embargos de declaração face a decisão. Os embargos do Ministério Público foram rejeitados e os embargos da DASA foram acolhidos, contudo, sem conferir efeito modificativo ao julgado. O Recurso de Revista apresentado pelo Ministério Público teve seu seguimento denegado. Em 27 de janeiro de 2016 foi protocolado agravo de instrumento pelo MPT. Em 03 de maio de 2016 protocolamos (i) contraminuta de agravo de instrumento, (ii) contrarrazões de recurso de revista e (iii) recurso de revista adesivo. A avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração é que a perda é provável para o dano moral de aproximadamente 22 profissionais no valor atualizado de R\$ 939, e perda remota para dano moral coletivo no importe de R\$ 19.500.

(b) Provisões para demandas fiscais e previdenciárias

As provisões para demandas fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 78.842 (R\$ 104.694 em 31 de dezembro de 2017), correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. A DASA possuía ainda em 31 de dezembro de 2018 o montante consolidado de R\$ 378.907 (R\$ 264.956 em 31 de dezembro de 2017) referentes a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 127.761 referentes a processos de ISSQN onde basicamente se discute o local da prestação dos serviços de análises clínicas, R\$ 95.125 referem-se a cobrança de PIS/COFINS sobre faturamento e importação, créditos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 28.721, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 71.024 originado da dedução de ágio verificado na incorporação societária e outros tributos contribuições no montante de R\$ 56.726.

Em 07 de março de 2016, a Administração tomou conhecimento de um processo administrativo da RFB relativo a 2 autos de infração lavrados para exigência de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.629. Em 15 de julho de 2016 a DASA ajuizou a Ação Declaratória nº 0004053-41.2016.4.03.6144, em curso na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP, visando garantir antecipadamente o valor integral dos débitos tributários objeto da Execução Fiscal mediante oferecimento de apólice de seguro garantia emitida em 13 de julho de 2016, em estrita observância ao disposto na Portaria da PGFN nº 164/2014, bem como nos artigos 151, inciso V, e 206 do CTN. A Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144 foi ajuizada em 10 de agosto de 2016 para a cobrança das CDAs 80 6 16 053101-28 e 80 7 16 021700-63, as quais têm por objeto débitos de PIS e COFINS apurados no ano de 2011 decorrentes do Processo Administrativo Federal nº 16004.720192/2015-69 instaurado pela Receita Federal do Brasil. Em 12 de maio de 2017 foi proferida sentença que confirmou a decisão de tutela de urgência e julgou procedente a ação declaratória para determinar o registro de que os créditos tributários cobrados pela execução fiscal estão garantidos por meio de seguro garantia idôneo. A DASA foi citada para responder aos termos da Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144, razão pela qual apresentou uma manifestação nos autos da Ação Declaratória com Pedido de Tutela Provisória nº 0004053-41.2016.4.03.6144 informando sobre a existência da presente execução fiscal e requerendo a transferência da garantia. Atendido os requisitos previstos nos artigos 16, incisos I e II, da Lei nº 6.830/80, 184, caput e § 1º, do CPC, e 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66, em 27 de setembro de 2017, a DASA apresentou os Embargos à Execução Fiscal, tendo sido registrado nos sistemas eletrônicos da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP sob o nº. 0003688-50.2017.403.6144. Em 12 de abril de 2018 foi publicada

decisão dos Embargos à Execução Fiscal, determinando a indicação de provas a serem produzidas, o qual foi atendido pela DASA dentro do prazo em 20 de abril de 2018. Em novembro de 2018, foi publicada decisão solicitando que a DASA indicasse quesitos e o assistente técnico dentro do prazo de 15 dias, os quais foram apresentados tempestivamente. Por fim, a avaliação pelos assessores jurídicos externos da DASA quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

A DASA ajuizou a Ação Declaratória nº1005652-68.2018.4.01.3400 em face da União visando que seja deferida tutela provisória de urgência para o fim de se assegurar à DASA a dedução, nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, da amortização do ágio decorrente de incorporação societária, suspendendo-se a exigibilidade do montante controvertido. Em 16 de abril de 2018, foi proferida decisão deferindo a tutela provisória de urgência pleiteada para suspender a exigibilidade do montante controvertido desde que o seguro garantia seja aceito pela União. Em 04 de maio de 2018 a União opôs embargos de declaração questionando a aceitação da apólice de seguro garantia como forma de suspensão da exigibilidade do crédito. Tendo em vista a impossibilidade de prosseguir com o seguro garantia, a DASA depositou em juízo até outubro de 2018 o valor de R\$ 33.350, já incluído multa e juros de mora, que corresponde aos valores de IRPJ e CSLL calculados sobre a dedução na base de cálculo desses tributos. A avaliação pelos assessores jurídicos externos da DASA quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

Movimentação das provisões para contingências

	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2017	Movimento do exercício				
	Saldo final	Adição a provisão	Aquisições de controladas (a)	Utilização	Atualização	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	28.840	41.286	385	(27.792)	490	43.209
Demandas fiscais e previdenciárias	104.694	8.710	8.800	(43.402)	40	78.842
	133.534	49.996	9.185	(71.194)	530	122.051

- (a) Vide nota explicativa nº 2 sobre empresas adquiridas.

22 Pagamento baseado em ações

A Companhia possuía um Plano de Opção de Compra de Ações, de natureza mercantil, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2016 e posteriormente aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 (“Plano 2016”), e diante do possível risco de questionamento por autoridades fiscais, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2018 aprovou o plano de remuneração/pagamento baseado em ações mediante a outorga de opções de compra de ações (“Plano 2018”), e conceder a oportunidade para que participantes do Plano 2016 possam optar, a seu exclusivo critério, em substituir as opções que possuem no âmbito do Plano 2016 por opções no âmbito deste Plano 2018.

O Plano 2018 vai ser regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável:

- (a) Tem por objetivo estabelecer um plano de remuneração baseado em ações, o que permitirá à Companhia alinhar os interesses da Companhia e dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários, atrair e reter talentos, mitigar conflitos de agência, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da Companhia.
- (b) Os Beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério.
- (c) Será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá contar com um comitê para assessorá-lo nesse sentido, e terá, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social

da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2018.

- (d) O número máximo de Ações que poderá ser efetivamente entregue em decorrência do exercício das Opções não poderá exceder 19.902.320 Ações, representativas, na data de criação do Plano 2018, de aproximadamente 6% do capital social da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da companhia era representado por 1.274.362.582 (um bilhão, duzentas e setenta e quatro milhões, trezentas e sessenta e dois mil, quinhentas e oitenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (1.274.862.582 em 31 de dezembro de 2017 - um bilhão, duzentas e setenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e dois mil, quinhentas e oitenta e duas), representado, respectivamente os montantes de R\$ 1.274.362.582,00 (um bilhão, duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 1.274.862.582,00 (um bilhão, duzentos e setenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de maio de 2017 a Companhia reduziu o capital social em R\$ 500 (quinhentos mil reais), valor a ser restituído ao acionista, com o cancelamento de 500.000 (quinhentas mil) ações, passando a Companhia, então, a contar com capital de R\$1.274.863 (um bilhão, duzentos e setenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) dividido em 1.274.862.582 (um bilhão duzentas e setenta e quatro milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, quinhentas e oitenta e duas) ações ordinárias.

Em 15 de maio de 2018 a Companhia reduziu o capital social em R\$ 500 (quinhentos mil reais), valor a ser restituído ao acionista, com o cancelamento de 500.000 (quinhentas mil) ações, passando a Companhia, então, a contar com capital de R\$1.274.563 (um bilhão, duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) dividido em 1.274.362.582 (um bilhão duzentas e setenta e quatro milhões, trezentas e sessenta e duas mil, quinhentas e oitenta e duas) ações ordinárias.

b. Destinação do lucro e política de dividendos

O Estatuto social da Companhia prevê que os lucros auferidos no período serão distribuídos sendo 25% destinados a distribuição mínima legal de dividendos, 5% aplicados na constituição da reserva legal e 70% sendo destinados metade a reserva de investimento e a outra metade destinado a reserva para garantir o pagamento de dividendos obrigatório aos sócios.

c. Composição acionária

Controladores, administradores e ações em circulação

	Posição em 31 de dezembro de 2018			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	1.274.235.046	99,99%	1.274.235.046	99,99%
Conselho de Administração	127.536	0,01%	127.536	0,01%

Posição em 31 de dezembro de 2018				
Acionistas	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Ações em tesouraria	-	-	-	-
Ações em circulação	-	-	-	-
Total de Ações	<u>1.274.362.582</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.274.362.582</u>	<u>100,00%</u>

Posição em 31 de dezembro de 2017				
Acionistas	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	1.274.735.046	99,99%	1.274.735.046	99,99%
Conselho de Administração	127.536	0,01%	127.536	0,01%
Ações em tesouraria	-	-	-	-
Ações em circulação	-	-	-	-
Total de Ações	<u>1.274.862.582</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.274.862.582</u>	<u>100,00%</u>

d. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício da controladora	(86.151)	(1.713.876)	(37.598)	(1.688.335)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>1.274.245.915</u>	<u>1.274.559.804</u>	<u>1.274.245.915</u>	<u>1.274.559.804</u>
Lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,07)</u>	<u>(1,34)</u>	<u>(0,03)</u>	<u>(1,32)</u>

e. Patrimônio reflexo em controlada

O valor referente a transação de capital no montante acumulado de R\$ 71.566, trata-se de equivalência patrimonial reflexa sobre a movimentação do patrimônio líquido das controladas CROMO II e DASA e perda de participação em investimento, na incorporação inversa da CROMO II pela DASA.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou o montante total de R\$ 138.768 (R\$ 40.254 em 2017) referentes a Dividendos a receber e Juros sobre capital própria, os quais foram devidamente aprovados em reunião de administração nos atos abaixo descritos:

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de setembro de 2017, os acionistas da Cromossomo Participações II S.A, Companhia incorporada pela DASA em 20 de dezembro de 2017, aprovaram a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro

líquido do exercício de 2016, após a compensação de prejuízos de exercício anteriores no montante de R\$ 39.164.

Descrição	2016
Data de aprovação	27/09/2017
Data de pagamento	03/05/2019
Lucros a distribuir	39.164
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	9.790
Capitalização parcial de dividendos Cromo II conforme AGE 30.09.17	<u>(830)</u>
Total de dividendos a receber	8.960

Em 21 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da DASA aprovou *ad referendum* da Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018, de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 175.000 (R\$ 0,56122672309 por ação). Segue a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio:

Descrição	2018
Data de aprovação	21/12/2018
Data de pagamento	28/02/2019
Juros sobre o capital próprio distribuído	175.000
(-) Imposto de renda retido na fonte	<u>(26.061)</u>
Juros sobre o capital próprio líquido	<u>148.939</u>
Total de ações detidas pela CROMO III	231.293
Juros sobre o capital próprio líquido, a receber	129.808

24 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta, para fins fiscais, e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/18	31/12/17
Receita operacional bruta	4.269.567	3.718.341
Deduções:		
Impostos	(255.472)	(219.291)
Reversão (provisão) por glosas e inadimplência	86.952	(10.440)
Perdas por glosas e inadimplência	(123.730)	(54.991)
Descontos	<u>(43.866)</u>	<u>(34.311)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.933.451</u>	<u>3.399.308</u>

25 Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Custo com pessoal	(652.112)	(573.384)
Custo com material	(701.324)	(611.270)
Custo com serviços e utilidades	(987.233)	(876.229)
Custo com depreciações e amortizações	(155.870)	(150.912)
Gastos gerais	(40.141)	(26.785)
	(2.536.680)	(2.238.580)

26 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesas com pessoal	-	-	(347.515)	(286.403)
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	-	-	(70.409)	(54.512)
Plano de opção de compra de ações (a)	-	-	(95.795)	(3.613)
Serviços e utilidades	(629)	(879)	(210.737)	(154.200)
Propaganda e publicidade	-	-	(41.394)	(37.725)
Fretes	-	-	(66.718)	(63.666)
Depreciação e amortização	-	-	(103.934)	(76.944)
Impostos e taxas	(129)	(337)	(21.542)	(10.710)
Provisões diversas	-	-	45.882	(58.814)
Despesas gerais	(45)	(134)	(116.781)	(77.859)
Total despesas administrativas	(803)	(1.350)	(1.028.943)	(824.446)

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Juros	2.238	770	49.799	64.578
Variações cambiais e monetárias ativas	-	-	406	1.648
Outras receitas financeiras	399	351	988	1.236
Total receita financeira	2.637	1.121	51.193	67.462
Juros	(214.240)	(288.141)	(373.109)	(472.740)
Variações cambiais e monetárias passivas	-	-	(2.760)	(34.173)
Outras despesas financeiras	(9.721)	(6.627)	(48.303)	(8.538)
Total despesa financeira	(223.961)	(294.768)	(424.172)	(515.451)
Total resultado financeiro, líquido	(221.324)	(293.647)	(372.979)	(447.989)

28 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(86.151)	(1.713.876)	(28.874)	(2.009.803)
Pela alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:	29.291	582.718	9.817	683.333
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado de Equivalência patrimonial	136.753	(1.418.292)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	59.500	14.347
Despesas indedutíveis (i)	-	-	(2.332)	(2.101)
Outros Ajustes				
Lucro Presumido (ii)	-	-	5.107	4.057
Complemento de imposto diferido sobre ágio	-	-	-	367.538
Outros	-	-	(63.368)	(745.706)
	<u>166.044</u>	<u>(835.574)</u>	<u>8.724</u>	<u>321.468</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(30.628)	(14.046)
Impostos diferidos	-	-	21.904	335.514
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.724)</u>	<u>321.468</u>
Alíquota Efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30%</u>	<u>-16%</u>

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como: despesas com multas, doações, brindes e certas provisões;
- (ii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da DASA adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 8% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2018 e 2017 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária do País.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balanco Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Prejuízo fiscal base negativa	354.766	223.852	130.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosa	30.361	46.484	(16.123)
Amortização do ágio	-	(804)	804
Provisão serviços médicos especializados	14.580	14.185	395
Provisões diversas	61.357	21.332	40.025
Provisão para obsolescência	3.152	3.272	(120)
Ajuste a valor presente - AVP	4.730	8.454	(3.724)
Provisão para contingência	28.399	25.567	2.832
Reversão da vida útil do imobilizado	14.219	15.055	4.170
Intangível identificado nas aquisições de participações	-	3.168	(3.168)
Diferido na incorporação reversa de controladora	291.202	353.369	(62.167)
Outros	15.728	1.183	14.545
Alocação do ágio - líquido	-	(165.219)	165.219
Amortização de ágio	(573.458)	(498.189)	(75.269)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(67.559)	(74.267)	6.708
Revisão da vida útil do imobilizado	(2.729)	-	(2.729)
Outros	-	(5.006)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	174.748	(27.564)	202.312
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido			
Variação patrimonial que não afeta resultado			
Imposto diferido s/ prejuízo fiscal utilizado na liquidação do PERT			315
Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado			202.627
Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira:			
Ativo fiscal diferido		169.095	-
Passivo fiscal diferido		(174.748)	(27.564)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo		(5.653)	(27.564)
Reconciliação do Passivo fiscal diferido			
Saldo de abertura - 31 de dezembro de 2017			(27.564)
Despesa de imposto reconhecida no resultado			202.627
Impostos diferidos utilizado na liquidação do Pert			(315)
Saldo em 31 de dezembro de 2018			174.748

29 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta por meio da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- (a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- (b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, por meio de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No

caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- (a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- (b) Gerenciamento de caixa de longo prazo - Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- (c) Manutenção de um caixa mínimo - Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- (d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2018:

Consolidado	Vencimento				
	2019	2020	2021 a 2022	2023 em diante	Total
Fornecedores	360.817	21.160	10.709	-	392.686
Empréstimos bancários e financiamentos	281.759	60.325	11.917	16.741	370.742
Debêntures	165.741	274.275	3.676.910	1.049.960	5.166.886
Impostos parcelados	5.714	3.409	4.530	7.460	21.113
Contas a pagar por aquisição de controladas	53.720	24.907	15.870	47.837	142.334
	867.751	384.076	3.719.936	1.121.998	6.093.761

Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques devolvidos no consolidado de 10,52% (15,81% em 31 de dezembro de 2017) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 1.442.959 (R\$ 1.299.624 em 31 de dezembro de 2017) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

a. Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da nova classificação é como segue:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalente de Caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
TVM - Títulos públicos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
TVM - Aplicações financeiras com garantias	Ativos mantidos até o vencimento	Valor justo por meio do resultado
Outros créditos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Arrendamento Mercantil Operacional	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 1.085.443 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 616.989 em 31 de dezembro de 2017).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras consolidadas, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. Por não gerar resultado financeiro, as aplicações que garantem os pagamentos de contingências que vierem a ser exigidos de empresas adquiridas, R\$ 43.818 em 31 de dezembro de 2018, não foram consideradas nesta projeção.

Operação	Saldo em 31/12/18	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	1.084.762	CDI	77.344	58.035	38.726
			7,13%	5,35%	3,57%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas no consolidado, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/18	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	5.166.886	CDI	368.399	460.370	552.857
Notas promissórias	330.222	CDI	23.545	29.423	35.334
			7,13%	8,91%	10,70%

(a) Taxa sujeita à variação

30 Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017 a DASA manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

a. Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas

	Ativo circulante clientes		Passivo circulante outras contas a pagar		Receita de serviços		Custos dos serviços prestados	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CientificaLab	1.292	225	-	-	5.745	3.169	573	153
CERPE	-	186	-	-	2.172	2.730	-	-
Previlab	525	89	-	-	6.112	6.352	-	-
Gaspar	237	241	-	-	3.224	2.557	-	-
Gilson Cidrim	-	199	-	-	1.107	1.303	-	-
Oswaldo Cruz	-	110	-	-	78	842	-	-
Leme	-	258	-	-	3.214	2.819	-	-
Vital Brasil	-	84	-	-	60	340	-	-
Salomão Zoppi	230	-	-	-	1.790	-	-	-
Santa Luzia	543	140	-	-	1.836	140	-	-
MOB	234	34	-	-	1.142	34	-	-
Deliberato	107	-	-	-	416	-	-	-
Padrão Ribeirão	9	-	-	-	10	-	-	-

	Ativo circulante clientes		Passivo circulante outras contas a pagar		Receita de serviços		Custos dos serviços prestados	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Valeclin	4	-	-	-	5	-	-	-
CRMI Petrópolis	-	-	72	351	-	-	773	914
DASA RE (i)	-	-	67	76	-	-	924	638
Insitus (ii)	-	-	-	-	-	-	14	-
	3.181	1.566	139	427	26.911	20.286	2.284	1.705

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Contratos de mútuos entre a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018

A companhia possui contrato de mútuo com a sua controlada Santa Luzia no montante de R\$ 34.154 com vencimento para 2020, com taxas remuneratórias de 120% do CDI.

c. Remuneração da administração

A remuneração total da administração foi de R\$ 15.088 no exercício de 2018 (R\$ 21.350 no exercício de 2017), incluindo a remuneração fixa e gratificações, sendo R\$ 3.240 no exercício de 2018 (R\$ 4.166 no exercício de 2017) para membros do Conselho de Administração (contou com 3 membros no exercício de 2018 e 3 no exercício de 2017), e de R\$ 11.848 no exercício de 2018 (R\$ 17.184 no exercício de 2017) para diretores estatutários (contou com 11 diretores estatutários no exercício de 2018 e 10 diretores no exercício de 2017), e estão contabilizadas na rubrica de Despesas gerais e administrativas nas demonstrações do resultado.

d. Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade. As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras individuais são:

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.
- **Medparts Participações e Negócios Ltda.:** Empresa controlada pelo Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida, quotista do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. - CERPE, que presta serviço à Companhia e sua controlada CERPE, em consultoria regional especializada em gestão de empresa do ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.
- **Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.:** empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.

- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia.
- **A e C Consultores Ltda.:** Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.
- **Pesmed - Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.:** Empresa que tem como sócio o Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor médico executivo da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.
- **RMR Ressonância Magnética Ltda.:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 80% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para a Companhia. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.
- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda.:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.
- **ECRD - Serviços Médicos de Radiologia Ltda.:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para a Companhia.
- **Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix):** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno, juntamente com Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionista da Companhia e do Grupo Amil, para o qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica. A Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus funcionários.
- **Amil Impar:** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia e também controladores de Amil Impar, que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica.

- **PTR 7 Investimentos Imobiliários Ltda.:** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas Companhia e também controladores da empresa PTR7, a qual tem imóveis locados com a Companhia e suas controladas.
- **Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.:** Empresa que presta serviços de limpeza e conservação para a Companhia, controlada pelo Sr. Rodolpho Ricci, primo do CEO da Companhia.
- **Connect Care Serviços Médicos Ltda.:** Empresa prestadora de serviços tem como controlador Fernando Domingues, filho do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia.
- **BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Empresa controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de locação de imóvel com a Companhia.
- **Seven Seas Partner - Saúde e Prevenção Ltda-ME:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços
- **EG1 Consultoria e Serviços Médicos Ltda. - EPP:** Empresa prestadora dos serviços de coordenação dos elementos relacionados aos exames de neuroradiologia, que tem como controlador Sr. Leonardo Modesti Vedolin, diretor de produção dos serviços de radiologia e diagnósticos por imagem da Companhia.
- **VIDA - Posto de Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pela Dra. Natasha Shhessarenko Fraife Barreto, diretora médica da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços.
- **JNZ Participações:** Empresa que mantém contrato de locação de imóveis com o Laboratório Médico Santa Luzia S/A. A JNZ tem como sócios: Alexandra Zunino, Daniela Zunino, Gisele Zunino, Marlene Zunino e Gabriel Zunino, que também são detentores de 49,99% da controlada da Companhia o Laboratório Médico Santa Luzia S/A.
- **Track Imports, Com. e Importação Ltda.:** Empresa que realiza a importação de bens e serviços a controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A, tem como sócio o Sr. Gabriel Zunino, que também mantém participação na controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A.

A seguir, estão demonstrados os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	<u>Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2018</u>			<u>Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2017</u>		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(16)	-	-	(16)	-	-
Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(31)	-	-	(30)	-
César Antonio Biazio Sanches	-	(6)	-	-	(8)	-
A e C Consultores Ltda.	(31)	-	-	(31)	-	-
Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	169.984	-	-	100.531	-	-
AMIL Impar (a)	21.732	-	-	15.931	-	-
PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.294)	-	-	(1.294)	-
Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(65)	-	-	(3.027)	-	-
BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(162)	-	(137)	-	-
Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(57)	-	-	(50)	-	-
VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(30)	-	-	(13)	-	-
JNZ Participações S/A	-	(100)	-	-	-	-

(a) O valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros.

	<u>Receitas / (Despesas) 31/12/2018</u>			<u>Receitas / (Despesas) 31/12/2017</u>		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(207)	-	-	(179)	-	-
Medparts Particip. e Negócios Ltda.	(232)	-	-	(310)	-	-
Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(275)	-	-	(356)	-
César Antonio Biazio Sanches	-	(60)	-	-	(96)	-
A e C Consultores Ltda.	(332)	-	-	(356)	-	-
Pesmed - Pesq. e Serv. Médicos Ltda.	(576)	-	-	(495)	-	-
RMR Ressonância Magnética Ltda.	(1.618)	-	-	(2.149)	-	-
Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(212)	-	-	(291)	-	-
ECRD Serv. Médicos de Radiologia Ltda.	(1.261)	-	-	(2.515)	-	-
Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix)	553.621	-	(31.532)	633.729	-	(41.352)
AMIL Impar	52.463	-	-	58.535	-	-
PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(7.813)	-	-	(15.200)	-
Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(11.022)	-	-	(17.556)	-	-
BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.408)	-	(1.609)	-	-
Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(611)	-	-	(542)	-	-
EG1 Consult. e Serviços Médicos Ltda.	-	-	-	(524)	-	-
VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(187)	-	-	(20)	-	-
Alexandre de Barros Serviços Adm. Eireli ME	(400)	-	-	-	-	-
JNZ Participações S/A	-	(900)	-	-	-	-
Track Imports, Com. e Imp. Ltda.	(77)	-	-	-	-	-

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, o total de cobertura de seguros era de R\$ 345.895, sendo R\$ 50.000 para lucros cessantes e R\$ 295.895 para danos materiais.

32 Eventos subsequentes

Aquisição controlada - DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda.

Em reunião do conselho de administração realizada em 01 de fevereiro de 2019, foi aprovada a aquisição de participação societária representativa de 75% do capital da DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda., sociedade empresária limitada, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A administração da controlada DASA avaliará se a aquisição enquadra-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e, sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

Aquisição controlada - Dresch Martinhago Clínica Médica S/S Ltda

Em reunião do conselho de administração da controlada DASA realizada em 22 de fevereiro de 2019, foi aprovada a aquisição de participação societária de 100% do capital social de Dresch Martinhago Clínica Médica S/S Ltda. (“Dresch”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Dresch tem como objetivo a exploração de atividade clínica médica especializada em genética humana, atividade de complementação de diagnóstica e terapêutica.

Aquisição de controladas

Em reunião do conselho de administração da controlada DASA realizada em 09 de maio de 2019, foi aprovada a aquisição de participação societária representativa de 100% (cem por cento) do capital social das sociedades: (i) ITULAB - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE ITU LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Joaquim Bernardes Borges, nº 227, Centro, na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, CEP 13.300-025, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 54.337.670/0001-27 (“Itulab”); (ii) UNIBIO - LABORATÓRIO EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Fernando de Barros, nº 1045, Centro, na Cidade de Capivari, Estado de São Paulo, CEP 13.360.000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.565.285/0001-97 (“Unibio”); e (iii) C.M.D. CAMPOS MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Joaquim Bernardes Borges, nº 372, Centro, na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, CEP 13.300-025, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 20.053.174/0001-20 (“C.M.D”);

Aumento de capital

Em 18 de março de 2019, em reunião do conselho de administração da DASA, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 91.053.314,55 (noventa e um milhões, cinquenta e três mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos), mediante a emissão para subscrição privada de 3.127.905 (três milhões, cento e vinte e sete mil, novecentas e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 29,11 (vinte e nove reais e onze centavos) por ação. Em virtude do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará de R\$ 2.235.369.191,69 (dois bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e noventa e um reais e sessenta e nove centavos), dividido em 311.926.140 (trezentos e onze milhões, novecentas e vinte e seis mil, cento e quarenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 2.326.422.506,24 (dois bilhões, trezentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quinhentos e seis reais, e vinte e quatro centavos), dividido em 315.054.045 (trezentos e quinze milhões, cinquenta e quatro mil e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 09 de maio de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 500 (quinhentos mil reais), valor a ser restituído ao controlador FIP Genoma II, com o cancelamento de 500 (quinhentas mil) ações emitidas pela Companhia, passando a mesma a contar com 1.273.862.582 (um bilhão, duzentas e setenta e quatro milhões, trezentas e sessenta e duas mil, quinhentas e oitenta e duas) ações ordinárias.

* * *

Pedro de Godoy Bueno
Diretor Presidente

Claudete Correa
Diretora Executiva